

Ebserh

Sindsep/MA participa de aprovação da pauta de reivindicações que será apresentada à empresa

Nos primeiros dias de dezembro, a Condsef/Fenadsef realizou a Plenária Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras da Ebserh, que durante três dias discutiram e deliberaram pontos que irão compor a proposta de ACT 2023/2024 que será protocolada junto à empresa ainda esse mês.

O Sindsep/MA esteve representado na plenária por José Carlos Costa Araújo Júnior; Marcos José Costa Ferreira; Edson de Souza Leone; Keymison Ferreira Dutra e Ilana Maira Carneiro Chagas, que foram eleitos em assembleia realizada no dia 08 de novembro.

Assim como o Sindsep/MA outras entidades estiveram representadas pelos quase 50 delegados que fizeram um amplo debate sobre o processo de mobilização construído nos estados para destravar ACT's de três períodos culminando com o julgamento positivo de dissídio coletivo pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) que assegurou manutenção de cláusulas sociais e percentual de 11%, mais retroativos a partir de março de 2022, que segundo a empresa serão incluídos na folha de dezembro a ser paga em janeiro.

O Sindsep/MA mantém a sua finalidade precípua de lutar em prol de melhorias para a categoria, e assim, proporcionou aos delegados eleitos todas as condições para que eles pudessem representar os trabalhadores da Ebserh nessa grande batalha. É bom ressaltar que os delegados levaram consigo a voz de todos os empregados e empregadas da Ebserh/MA, e dessa forma, construíram em conjunto com os outros estados uma proposta de ACT que retrate a realidade da categoria.



No primeiro dia, a categoria tratou temas como limites da negociação coletiva que contou com apresentação da assessoria jurídica da Condsef/Fenadsef e também da subseção do Dieese. Foram mostrados resultados obtidos ao longo de 2022 nas negociações feitas pelas empresas estatais, características, atores e papéis que envolvem o processo negocial de acordos coletivos.

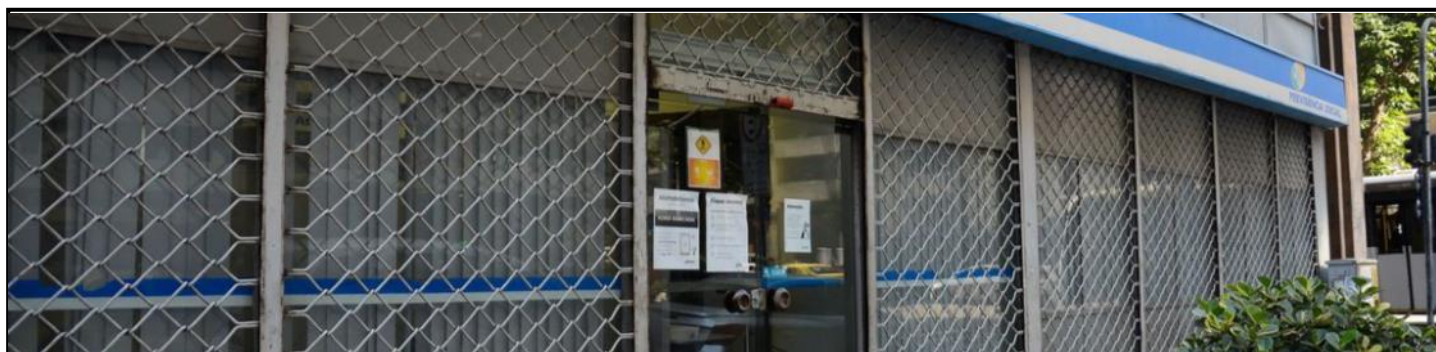
A Condsef/Fenadsef reservou dois dias para debater exclusivamente a pauta de reivindicações que vai compor a proposta de ACT 2023/2024 e foram deliberadas em assembleias nos estados. Compõe a pauta pontos como assistência médica e odontológica, programa de formação, assédios moral e sexual, política de inclusão, licenças, reajuste, atuação sindical, entre outros que serão remetidos para aprofundamento do debate na mesa de negociação.

O texto segue agora para assessoria jurídica da Condsef/Fenadsef que fará avaliação e ajustes de formato para em segui-

da ser protocolada junto à Ebserh. A categoria também ratificou a Condsef/Fenadsef como sua legítima representante destacando sua capacidade de organizar os empregados, compor as comissões de representação junto à empresa com a participação ampla dos estados em que há unidades da Ebserh.

O processo de mobilização se renova já neste final de ano e é fundamental já que a data-base dos empregados e empregadas da Ebserh é 1º de março. "Não há tempo a perder e a ideia é que a categoria volte a ter um processo de negociação a cada ano, sem acúmulos de novos acordos coletivos de trabalho", destacou Elna Melo diretora da Secretaria de Empresas Públicas da Condsef/Fenadsef que coordenou a plenária. "Nossa luta continua não só pela manutenção de direitos como também pelo atendimento de pautas urgentes ainda não atendidas pela empresa", reforçou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

Informações da Condsef.



INSS pode paralisar serviços nesta quarta e, por falta de dinheiro, fechar agências

Os bloqueios orçamentários que marcam a gestão, em especial o fim de governo, de Jair Bolsonaro (PL), devem paralisar os serviços do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) nesta quarta-feira (7).

Isso porque, ao bloquear verbas para não estourar o limite de despesas imposto pelo teto de gastos, a administração federal tem somente R\$ 2,4 bilhões "para custear todas as despesas discricionárias dos órgãos, o que inclui compra de materiais e pagamento de contratos.

Entenda o que é teto de gastos e por que é ruim para os pobres e bom para os ricos

Em ofício enviado ao secretário de Orçamento Federal, do Ministério da Economia, Ariosto Antunes Culau, o INSS afirma que "a falta dos recursos causará grave prejuízo ao funcionamento desta Autarquia, ocasionando suspensões de contratos, a partir da próxima quarta-feira, dia 07/12/2022, bem como deslocamentos de servidores de for-

ma imediata, impactando, consequentemente, no atendimento à população e na prestação dos serviços essenciais do INSS". O ofício foi divulgado nesta terça-feira pela CNN, com reportagem de Basília Rodrigues.

Isso poderá levar ao fechamento de agências, suspensão de perícias, atrasos em pagamentos do INSS e interrupção de contratos com terceirizados.

O ofício é assinado pelo presidente do INSS, Guilherme Gastaldello, e foi encaminhado à Secretaria de Orçamento na sexta-feira (2) com o assunto o "impacto das restrições orçamentárias no âmbito do INSS".

Pelas contas da equipe econômica, reveladas pelo jornal Valor Econômico e complementadas pela Folha de S. Paulo, podem faltar ao menos R\$ 15 bilhões para pagar benefícios no último mês do ano.

Atualmente, há cerca de 18 mil pessoas trabalhando no INSS. Entre funcionários do instituto, ouvidos pela reportagem da CNN, o cenário é descrito como "fim do mundo" ou, tecnicamente, um shutdown, termo em inglês que significa "desligar", e

que assombra diversos órgãos públicos neste fim de ano devidos aos bloqueios de recursos, anunciados pelo Ministério da Economia.

O INSS tem pedido recomposições orçamentárias há algum tempo, a ponto de alertar para dificuldade de realizar pagamentos de aposentadorias em dezembro. Esses apelos, no entanto, não teriam tido resultado.

Tanto que, no ofício, Gastaldello afirma que, apesar dos esforços do INSS e da parceria do Ministério do Trabalho, que, segundo o presidente do instituto, "auxiliou com orçamento enquanto foi possível", o órgão irá adotar medidas de "caráter emergencial". Além dos bloqueios, explica que a mudança de cenário se dá também por causa da "informação de que as demandas de créditos suplementares não serão atendidas em razão do cenário restritivo resultante da avaliação de receitas e despesas primárias do 5º bimestre".

Informações da CNN, Folha de S. Paulo e Valor Econômico
Fonte: www.cut.org.br